

## 5.

# POLÍTICA PÚBLICA EM TECNOLOGIA EDUCACIONAL E EAD COMO FOMENTO PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES\*

Jesser de Oliveira Cipriano<sup>1</sup>  
Vicente Batista dos Santos Neto<sup>2</sup>

## Introdução

Vivemos numa sociedade em que os investimentos e incentivos públicos são estratégicos para que as escolas das redes públicas alcancem e consigam ofertar um processo de ensino aprendizagem de melhor qualidade. Os Gestores Públicos, em particular os governadores e os prefeitos, segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) devem garantir o direito à aprendizagem e a promoção da igualdade no sistema educacional, colaborando para a formação integral dos alunos. Para o alcance desta garantia percebe-se a necessidade de investimentos em estruturas fundamentais para que a Instituição de Ensino Público possa oferecer uma educação de qualidade que garanta o ingresso e permanência dos alunos no ensino Médio.

Atualmente as Instituições de Ensino passam por um momento importante de reestruturação, mudanças e desafios após a pandemia do COVID 19. O mundo teve que se reinventar, criar e aprimorar as estruturas e ferramentas de comunicação. A pandemia tornou evidente o que já estava em processo de degeneração como a evasão escolar, a repetência, o currículo desarticulado da realidade, a falta de oportunidades para todos e outros desafios. Refletir e analisar a educação como contrato social de bem comum, mundial, torna-se primordial para obter êxito e eficiência no modelo de ensino/aprendizagem ofertado pela Educação Pública que seguramente influenciará na efetivação de metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Nesse contexto, manter a qualidade da educação tornou-se um enorme desafio para os estados e municípios que têm como responsabilidade ofertar a educação com equidade e excelência. Em muitos casos, os investimentos necessários são precários, pois há gestores públicos/agentes políticos que não priorizam políticas públicas que viabilizem e fomentem o acesso e permanência dos alunos nas escolas. No tocante à Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), há carências dentro e fora da sala de aula, que impedem aprimorar as condições necessárias para se obter as metas estabelecidas pelas Diretrizes do Plano Nacional de Inovação e Tecnologia Educacional (2017-2021).

Nesse sentido, um olhar investigativo sobre as políticas públicas e o Projeto Político Pedagógico das instituições escolares, na perspectiva da implementação das Diretrizes do Plano Nacional de Inovação e Tecnologia Educacional (2017-2021) que oportunize explorar

---

\* DOI - 10.29388/978-65-6070-029-1-0-f.83-96

<sup>1</sup> Mestrando do Programa *Stricto Sensu* / Mestrado Profissional em Educação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM – *Campus* Uberaba.

<sup>2</sup> Doutor em Educação FAGED/UFU. Mestre em Administração FAGEN/UFU. Professor do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do IFTM Campus Uberaba (PPGET).

e construir relações, conexões nas redes de interações sociopolíticas. Assim, o objetivo deste artigo é de analisar a importância das Políticas Públicas em Tecnologia Educacional utilizando a Educação a Distância como suporte para o processo de Formação dos Professores.

Contudo, para que haja ampliação do sistema e a oferta de um ensino de qualidade é necessário que o poder público direcione investimentos para o desenvolvimento do sistema educacional fazendo-se necessário que as condições materiais concretas de funcionamento, sobretudo nas redes Públicas de ensino, alcancem a todos os envolvidos na estrutura pública de educação/ensino/aprendizagem.

Nesse contexto, esse artigo tem por objetivo identificar quais os programas existentes, bem como as formas de financiamento e incentivos utilizados pelo poder público para o desenvolvimento e a veiculação de programas de EaD no Brasil como fomento à formação de professores.

A proposta de implementação de novas tecnologias sempre esteve presente nas políticas educacionais, contudo, nos dias atuais notam-se importantes contribuições das TDIC na gestão e na qualidade da educação, quando diversas dimensões são contempladas como visão, competência, conteúdo, recursos digitais e infraestrutura. Essas dimensões devem dialogar com as diretrizes dos Planos Estaduais e Municipais de Educação.

As Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDIC) estão cada vez mais presentes na vida das pessoas, tecnologias como internet, celular, tablet, notebook e computador são, a cada dia, mais utilizadas pelos indivíduos, tanto no contexto pessoal como no profissional. O ritmo acelerado do mundo atual acentua a necessidade de comunicação por meio dessas tecnologias. (Santos Neto; Mill, 2018 p.124).

Para Anjos; Silva (2018, p. 3) “as tecnologias são artefactos que viabilizam ações, serviços, produtos, processos que ampliam as possibilidades de comunicação de um para um, um para muitos e de muitos para muitos”, produzindo textos em diferentes tempos e lugares, compilando dados com precisão e velocidade, localizando lugares através do georreferenciamento, capta e trata imagens, produz inteligências individuais e coletivas.

Para Vieira Pinto (2005, p. 220), “tecnologia” pode ser entendida como “o conjunto de todas as técnicas de que dispõe uma determinada sociedade, em qualquer fase histórica de seu desenvolvimento”, sendo que a tecnologia é apropriada pelas pessoas em determinado local e tempo. Vieira Pinto (2005, p. 220 *apud* Santos Neto; Mill, 2018 p. 124) aponta que a tecnologia é a ciência da técnica e que “[...] a técnica configura um dado da realidade objetiva, um produto da percepção humana que retorna ao mundo em forma de ação”, materializado em instrumentos e máquinas, e entregue à transmissão cultural”.

As inovações trazem implicações (positivas ou não) incondicionais, embora tais implicações possam ser revertidas em contributos para o desempenho das funções da educação na contemporaneidade, neste sentido,

A tecnologia que surge em determinado contexto e é posteriormente apropriada, se torna, num segundo momento, resultado da intervenção do homem em função do contexto social e temporal em que vive. Logo, ao mesmo tempo em que a tecnologia transforma a sociedade, é por esta transformada, resultado dos diversos usos e aplicações que recebe. (Santos Neto; MILL, 2018, p.124).

De acordo Hine (2004), *apud* Santos Neto; Mill (2018; p.125) *apud* “as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) têm encontrado na sociedade atual um espaço para disseminar-se enquanto agente de transformação social.” Com isso, três ideias centrais são abordadas por alguns autores, que as veem como:

- i) como ferramentas libertadoras - internet acessível à maioria das pessoas e promotora de democracia (Levy, 1993);
- ii) internet como mecanismo de controle social (BAUMAN, 2009; SANTOS,2000); e,
- iii) como instrumento a serviço do capital que precariza, intensifica as relações de trabalho (Antunes, 2002; Antunes e Braga, 2009; Mill, 2006; Lara, 2016). (Santos Neto; Mill, 2018, p. 125).

Segundo Almeida; Valente (2012, p.11) “as primeiras iniciativas de uso de tecnologia educacional denominada de informaticana educação, surgiram com o I Seminário Nacional de Informática em Educação”, realizado na Universidade de Brasília, em 1981. O resultado foi a aprovação do documento “Subsídios para a Implantação do Programa de Informática na Educação”, subscrito pelo MEC, SEI e CNPQ. Em 1982, foi realizado o II Seminário Nacional de Informática em Educação, na Universidade Federal da Bahia. “nesses estabeleceram as bases para o lançamento, em 1984, do Projeto EDUCOM, o qual pode ser considerado a primeira política nacional de tecnologia na educação” (Almeida; Valente, 2012, p.11).

Diversas políticas surgiram posteriormente, como o Programa de Ação Imediata em Informática na Educação de 1.º e 2.º Graus (1986), o Programa Nacional de Informática Educativa – PRONINFE (aprovado pela lei n.º 8.244 em 1991), porém nunca foi implementado. Em 1996, aprovou-se o Programa Nacional de Informática na Educação (ProInfo, lei n.º 10.172 em 2001), o qual foi atualizado em 2006 (com a criação do ProInfo Integrado).

No Brasil a primeira forma de educação a distância ocorreu no ano 1904, o Jornal do Brasil na primeira seção de classificados oferecia curso de correspondência para datilógrafo. A partir deste evento este modelo educacional foi se desenvolvendo e expandindo até que no ano 1979, a Universidade de Brasília, “pioneira no uso da Educação a Distância, no ensino superior no Brasil, cria vários cursos veiculados por jornais e revistas”. No ano 1998 foi transformado no Centro de Educação Aberta, Continuada, a Distância (CEAD) e foi lançado o Brasil EaD. Foram diversas as formas de educação a distância, utilizadas, até chegar ao patamar de Educação a Distância que se conhece hoje.

Cabe ressaltar que há uma diferenciação entre educação a distância e educação online:

A educação a distância é um conceito mais amplo que o de educação online. Um curso por correspondência é a distância e não é online. Muitos cursos presenciais utilizam atividades de pesquisa pela internet, de discussão num fórum. São atividades de cursos a distância. A educação online pode ser definida como o conjunto de relações ensino-aprendizagem desenvolvido por meios telemáticos, como a internet, a videoconferência e a teleconferência (Moran, 2012, p. 131)

Segundo os estudos de Alves (2008) *apud* Litto; Formiga (2009), no ano 2008, no Brasil, existiam 175 instituições credenciadas para ministrar cursos de graduação e pós-graduação *latosensu* e, pouco mais de 100 que atuavam no campo da educação básica. Os cursos livres

e programas ministrados por empresas (Universidades Corporativas) eram abundantes. O autor afirma que:

O mercado é extremamente amplo e promissor para os que atuarem com qualidade e competência e, além disso, devemos lembrar que sempre existem melhorias dos sistemas de comunicação, e isso favorece a expansão. Os custos tendem a ser reduzidos e, com o decorrer do tempo, a burocracia para os credenciamentos deve ser diminuída, à medida que as instituições alcançarem a maturidade desejável pelos órgãos credenciados. (Alves, 2008 apud Litto; Formiga, 2009).

De acordo com Wilhelm; Carvalho; Penteadó (2012, p.3) “A Educação a Distância (EaD) é uma forma antiga de transmitir conhecimento e tem se mostrado ao longo da história uma importante alternativa para a ampliação das oportunidades educacionais”. Contudo, para que haja ampliação do sistema e a oferta de um ensino de qualidade é necessário que o poder público direcione investimentos para o desenvolvimento do sistema educacional.

Em 2021 segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 155,7 milhões de brasileiros tem acesso à internet. Esse quantitativo cresce a cada ano. Desta forma a Educação a Distância (EaD) tornou se o caminho para a ampliação rápida do acesso ao ensino superior.

A EaD está regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96) e decretos. O Decreto nº 2.494/1998 determina que a oferta de cursos na modalidade EaD deve passar pelo crivo de um credenciamento com critérios mínimos a serem obedecidos. Neste sentido segundo Wilhelm; Carvalho; Penteadó (2012 p.3), “a nova LDB permitiu avanços, admitindo a existência da EaD tanto na educação básica quanto na superior, com a utilização de várias mídias”. De acordo com a legislação, é papel do Poder Público fomentar e incentivar o desenvolvimento e a veiculação de programas de EaD, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

Conforme Martelli, (2003, p. 149) *apud* Santos Neto (2019, p.80),

Dessa forma, atribui-se a necessidade do domínio das tecnologias de informação e comunicação para poder cumprir seu papel. Diante desse quadro, a Educação a Distância vem se consolidando como uma das alternativas de democratização do acesso à educação superior, contribuindo no atendimento da demanda educacional requerida pela sociedade contemporânea, apresentando traços compatíveis com as atuais orientações educacionais como a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a interatividade, a autonomia e a qualidade.

Segundo Wilhelm; Carvalho; Penteadó (2012, p.3) “O credenciamento de instituições para oferta de EaD deve ser requerido à União por instituições de educação superior (IES) já credenciadas no sistema federal ou nos sistemas estaduais e do Distrito Federal, conforme a LDB”.

O pedido é feito mediante documentos que comprovem a existência de estrutura física, tecnológica e recursos humanos (RH) adequados e suficientes de acordo com os requisitos fixados na legislação e os referenciais de qualidade próprios. As legislações promulgadas até o momento apontam para uma direção mais ampla buscando integrar a EaD à missão das Universidades públicas e privadas. Um dos

elementos fundamentais para o sucesso e perpetuação dos cursos em EaD é a gestão dos processos. Deve focar o ensino pedagógico e o conteúdo aplicado, ponderando a relação custo e benefício dos cursos ofertados (Wilhelm; Carvalho; Pentead, 2012 p. 3).

Para fomentar a modalidade de EaD nas instituições públicas, o governo apoia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em TICs. Uma ação significativa foi a criação, em 2006, da Universidade Aberta do Brasil (UAB) através do Decreto n.º 5.800 de 8 de junho de 2006.

De acordo com Wilhelm; Carvalho; Pentead (2012, p.4) “o sistema é integrado por universidades públicas que oferecem, por meio do uso da metodologia da EaD, cursos de nível superior para a população com dificuldade de acesso à formação universitária”.

Conforme Reis (2002) *apud* Santos Neto (2019 p.79) “por meio da EaD, é possível democratizar o acesso à educação, a partir do momento em que ela abre oportunidades distintas do ensino presencial, perfazendo um trabalho de complementaridade e não de oposição a essa modalidade”.

Ainda de acordo com Wilhelm; Carvalho; Pentead (2012, p.4) “o atendimento é para o público em geral, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade na formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos entes federativos”. De acordo com o Portal do Ministério da Educação (MEC),

O programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. Há polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física. Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil. (Brasil, 2023).

O atendimento é para o público em geral, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade na formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos entes federativos.

De acordo com Wilhelm; Carvalho; Pentead (2012, p.4), “um dos elementos fundamentais para o sucesso e perpetuação dos cursos em EaD é a gestão dos processos”. Buscando ter como objetivo o ensino pedagógico e o conteúdo aplicado, ressaltando a relação custo e benefício dos cursos ofertados. Considerando que os projetos de EaD podem apresentar diferentes desenhos e múltiplas combinações de linguagem e recursos educacionais, a Secretaria de Estado de Educação a Distância do MEC (SEED), publicou o Referencial de Qualidade SEED/MEC. Conforme Wilhelm; Carvalho; Pentead (2012, p.4)

“O documento serve como norteador, subsidiando atos legais do poder público referentes aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade de EaD”. Um sistema de gestão para EaD deve ter em vista elementos como:

- a) Planejamento, organização e controle de novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs);
- b) Concepção e organização de processos administrativos;
- c) Planejamento e execução de sistemas de avaliação;
- d) Controle sobre os problemas nos sistemas de apoio ao estudante;
- e) Organização de recursos humanos, financeiros, contábeis etc.

Assim o grande desafio de quem ofertar a EaD será incentivar o desenvolvimento de cursos buscando fontes alternativas de financiamento para que o sistema não se sustente apenas nos estudantes. A EaD necessita de investimentos, fundamentalmente em recursos tecnológicos, uma vez que esta metodologia pressupõe tecnologia, investimentos e criatividade, podendo assim, suprir uma grande parte da população carente de estudos.

Além do Sistema de EaD organizado pela UAB, o Governo Federal lançou outros programas em parceria com os entes federativos para ampliar e democratizar o ensino. O Quadro 1 apresenta um resumo dos principais programas oferecidos pelo MEC, com financiamento CAPES/FNDE.

Percebemos que no campo educacional a tecnologia pode promover novas formas de comunicação, gestão e aprendizagem, bem como o acesso a conteúdo, serviços e recursos, diante de um vasto campo de conexões e oportunidades a serem exploradas em benefício do processo de ensino e aprendizagem. Assim, é pertinente um estudo investigativo nesse campo, em nível local, para análise e avaliação da implementação dos programas de inovação e tecnologia educacional.

**Quadro 1:** Principais programas ofertados pelo MEC com financiamento da CAPES.

Rede E-Tec Brasil	Objetivo	Atender a educação profissional e tecnológica a distância
	Oferta	Cursos técnicos de nível médio
	MEC	Assistência financeira
	Parceiros	Estado, Município e Distrito Federal
	Contrapartida	Estrutura, RH, manutenção das atividades e demais itens
	Estrutura	Mesmos moldes da UAB
Profmat	Objetivo	A médio prazo, ter impacto na formação matemática do professor em todo o território nacional
	Oferta	Pós-graduação <i>stricto sensu</i> na modalidade semipresencial
	MEC	Assistência financeira
	Parceiros	Sociedade Brasileira de Matemática e IES públicas ligadas ao sistema UAB

	Contrapartida	Estrutura, RH, manutenção das atividades e demais itens
	Estrutura	Mesmos moldes da UAB
Proinfantil	Objetivo	Capacitar profissionais que atuam na educação infantil, nas creches e pré-escolas das redes públicas e, sem fins lucrativos, que não tenham a formação específica para o magistério.
	Oferta	Curso em nível médio, na modalidade Normal
	MEC	Assistência financeira
	Parceiros	Estado, Municípios e Distrito Federal
	Contrapartida	Estrutura, RH, manutenção das atividades e demais itens
	Estrutura	Mesmos moldes da UAB
Mídias Na Educação	Objetivo	Proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das diferentes tecnologias da informação e da comunicação – TV e vídeo, informática, rádio e impresso. O público-alvo prioritário são os
	Oferta	Módulos Básicos extensão, intermediário aperfeiçoamento e avançado especialização
	MEC	Assistência financeira
	Parceiros	SEED, Secretarias de Educação, IFES públicas ligadas ao sistema UAB
	Contrapartida	Estrutura, RH, manutenção das atividades e demais itens
	Estrutura	Mesmos moldes da UAB
Tv Escola	Objetivo	Aperfeiçoamento e atualização de educadores, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e melhorando a qualidade de ensino
	Oferta	Séries, documentários estrangeiros, e produção própria
	MEC	Assistência financeira
	Parceiros	MEC
	Contrapartida	Estrutura, RH, manutenção das atividades e demais itens
	Estrutura	Canal de TV, tendo alguns programas disponíveis para Download no PortalDomínio Público. Links.
Formação Pela Escola	Objetivo	Aperfeiçoamento e atualização de educadores, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e melhorando a qualidade de ensino
	Oferta	Programa de formação continuada
	MEC	Assistência financeira
	Parceiros	FNDE + SEED/MEC

	Contrapartida	Estrutura, RH, manutenção das atividades e demais itens
	Estrutura	Mesmos moldes da UAB.
Programa Nacional de Formação em Administração Pública (Pnap)	Objetivo	Formar profissionais com amplo conhecimento em administração pública, capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando com competência e ética as organizações governamentais e não-governamentais
	Oferta	Cursos de Bacharelado em Administração Pública, Especialização em Gestão Pública e/ou em Gestão Pública Municipal e Especialização em Gestão em Saúde
	MEC	Assistência financeira
	Parceiros	Instituições Públicas de Ensino Superior, participantes do Sistema UAB
	Contrapartida	Estrutura, Recursos Humanos, manutenção das atividades e demais itens
	Estrutura	Mesmos moldes da UAB.
Programa de Formação Continuada	Objetivo	Formar professores dos sistemas estaduais e municipais de ensino que atuam na Educação Especial
	Oferta	Extensão ou Especialização
	MEC	Assistência financeira
	Parceiros	IES públicas, Secretarias de Educação Municipal, Estadual e do DF
	Contrapartida	Estrutura, Recursos Humanos, manutenção das atividades e demais itens
	Estrutura	Mesmos moldes da UAB.

Fonte: adaptado a partir de dados obtidos em [www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br) (MEC, 2023).

As Diretrizes do Plano de Inovação e Tecnologia Educacional apresentam exemplos práticos sobre como inovação e tecnologia podem contribuir com as metas do PNE, os quais se tornam referências/ parâmetros para a análise e diagnóstico da realidade, no decorrer desse processo investigativo.

#### Quadro 2: Diretrizes para uma Política Nacional de Inovação e Tecnologia

Metas	Objetivos	Ações Práticas
02 e 07	Garantir que os estudantes conclua etapa na idade recomendada e fomentar a qualidade.	Sistemas de gestão de aprendizagem identificam e permitem corrigir defasagem;
03	Aumentar matrículas no Ensino Médio	Ensino Híbrido engaja e dá mais autonomia aos alunos;
04	Universalizar a Educação Básica para todos os alunos inclusive com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou superdotação.	Plataformas adaptativas e recursos de acessibilidade virtual reconhecem as necessidades personalizadas de cada aluno;



05 e 09	Alfabetizar todas as crianças na idade adequada e elevar a alfabetização da população adulta.	Objetos digitais democratizam acesso e permitem aprendizagem em qualquer lugar e a todo momento, com autonomia;
06	Expandir educação de tempo integral.	Aprendizagem baseada em projetos, trilhas de aprendizagem online e cultura <i>maker</i> promovem desenvolvimento integral;
15	Garantir política de formação de professores.	Plataformas EAD e comunidades virtuais apoiam formação, planejamento e troca entre professores.

Fonte: Diretrizes para uma Política Nacional de Inovação e Tecnologia Educacional 2017-2021

Assim o grande desafio de quem ofertar a EaD será incentivar o desenvolvimento de cursos buscando fontes alternativas de financiamento para que o sistema não se sustente apenas nos estudantes, a formação continuada de professores também será um grande desafio, haja visto que a formação continuada dos professores é uma das metas do PNE, visto que os mesmos são sujeitos no processo de construção da escola de qualidade com equidade. Entretanto, alguns autores sinalizam alguns desafios na interação e comprometimento dos educadores com os programas de inovação e mudanças, como Litto (2010) observa:

Muitos educadores ainda não conseguiram soltar os laços nostálgicos com a forma pela qual eles mesmo aprenderam [...] há professores resistentes às novas abordagens, que estão mais alinhadas com o temperamento dos jovens, com as abordagens sobre a cognição humana (que as ciências neurológicas já alcançaram) e com as possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação. (Litto 2010, p. 41).

Percebe-se que no campo educacional a tecnologia pode promover novas formas de comunicação, gestão e aprendizagem, bem como o acesso a conteúdo, serviços e recursos, diante de um vasto campo de conexões e oportunidades a serem exploradas em benefício do processo de ensino e aprendizagem. De acordo com O'Reilly (2005, p.13)

As políticas de formação de professores no Brasil vêm merecendo destaque especial no cenário das políticas públicas, tanto por parte dos gestores dos sistemas nacionais e dos organismos internacionais, como por parte das instituições formadoras, pesquisadores da área, entidades e associações.

De acordo com Santos Neto (2019, p.109) “uma educação de qualidade perpassa, sobretudo pela formação de professores,” diante disso de acordo com O'Reilly (2005, p.13) “as políticas de formação de professores no Brasil vêm merecendo destaque especial no cenário das políticas públicas”, tanto por parte dos gestores dos sistemas nacionais e dos organismos internacionais, como por parte das instituições formadoras, pesquisadores da área, entidades e associações. Esta afirmativa segundo Oliveira, (2000) apud O'Reilly (2005), “se dá porque os anos 90 marcaram o início da adequação do nosso sistema de ensino aos “novos” tempos, por meio de uma série de reformas que se fundam em conceitos postos em

nome da modernidade” da reestruturação produtiva, da globalização da economia, da revolução informacional, entre outros. Com isso decorre a constatação de que a educação adquire uma nova função social que abarca exigências e compromissos globalizados.

De acordo com O’Reilly apud Roger Dale (2004), “discutindo a relação entre globalização e educação, aponta a existência de uma agenda globalmente estruturada para a educação, que difere de uma cultura educacional mundial comum”. A agenda global decorre da mudança de natureza econômica do capitalismo, em termos mundiais, como a força propulsora da globalização, estabelecendo seus efeitos sobre os sistemas educativos, ainda que encontre resistências.

Observa-se que a política nacional de formação de professores vem fomentando o desenvolvimento de diversos projetos que, por meio de suas estruturas, expressam objetivos e metas específicas a serem atingidas. Segundo O’Reilly (2005, p.126) “estes projetos têm sido alvo de estudo e discussão para vários autores, bem como para associações e entidades da área”, são projetos ousados, de ampla flexibilidade, que rompem com o legalismo nacional de “normas muito fechadas” e possibilitam a passagem do processo de negação para a consideração de novas iniciativas.

Segundo Santos Neto (2019, p.19) “As políticas educacionais no Brasil tiveram como base diversos fatores: aceleração da globalização, a crise capitalista da década de 1970”, além do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e a adoção da agenda neoliberal, assim desafio do país para formar professores à altura das necessidades do sistema educacional brasileiro é mais grave na área de exatas, cujo aprendizado dos alunos acumulam maiores desafios.

O Projeto Veredas é um grande exemplo de formação continuada de professores através da EaD, ocorreu em Minas Gerais e segundo O’Reilly (2005, p.126),

Em Minas Gerais, o primeiro projeto de formação superior, implementado em parceria com o Programa Anchieta de Cooperação Interuniversitária, teve como objetivo a formação e qualificação do professorado dos anos iniciais do ensino fundamental, sob o patrocínio do governo estadual, denominado Projeto Veredas – Formação Superior de Professores.

E o projeto Veredas que foi elaborado pela Secretaria da Educação de Minas Gerais para habilitação superior de professores com metodologias de educação a distância, se tornou um importante instrumento de qualificação para os professores. O curso, que começou em janeiro de 2002, atende uma das prioridades do governo mineiro, que é garantir escola pública de boa qualidade para todos. A qualidade dos professores dos anos iniciais do ensino fundamental tornou-se estratégica. O mundo exige desses profissionais a capacidade de tomar decisões adequadas a diferentes realidades culturais, de atuar coletivamente nas escolas e de supera problemas e dificuldades com soluções competentes e criativas. Precisam ter clareza sobre a dinâmica da sociedade e compreender a escola como instituição social. Conforme O’Reilly (2005, p.126),

Assim, o Projeto Veredas – Formação Superior de Professores foi concebido como sendo uma das pré-condições desejadas para se recuperar a qualidade da educação no estado, e atender a uma das prioridades do Governo Estadual, que é a “garantia de escola pública de qualidade para todos”, sendo esta, segundo o governo, a forma de contribuir para a construção de uma sociedade justa, democrática e solidária.

O Projeto Veredas é considerado pelos seus gestores como o resultado dos avanços não só tecnológicos, na área da comunicação, que possibilitam novas formas eficazes de interação a distância, como também na área da psicologia da aprendizagem, que lança novas luzes sobre formas eficazes da aprendizagem. De acordo com Oliveira (2008, p.223)

O projeto Veredas — Formação Superior de Professores, tanto incorporou as indicações modernizadoras para a formação de professores (em serviço e a distância) quanto a dimensão ético-moral necessária à formação do intelectual orgânico fundamental à nova sociabilidade, uma vez que, da mesma forma que a Escola Sagarana e as políticas educacionais que a antecederam, teve como princípios os ideais, ideias e concepções que se tornaram hegemônicos no Brasil e em Minas Gerais a partir dos anos de 1990.

Conforme Oliveira (2008, p.227) “o projeto Veredas foi organizado como um Curso de Formação Superior de Professores, de graduação plena, sendo caracterizado como formação inicial em serviço”, visando conforme Oliveira (2008, p.227) “assim habilitar os professores para o exercício do magistério nos primeiros anos do ensino fundamental. Realizado entre os anos de 2002 a 2005”, e através de metodologia de educação a distância, assegurou também atividades presenciais. Ainda de acordo com Oliveira (2008, p.231)

A população-alvo do projeto Veredas – Formação Superior de Professores foi constituída por docentes em exercício nos anos iniciais do ensino fundamental, e que não possuíssem a habilitação em nível superior, aos quais foram oferecidas 15.000 vagas, sendo 12.000 para a rede estadual e 3.000 para as redes municipais de ensino. Entretanto, como a demanda da rede estadual foi menor do que a das redes municipais, as vagas foram preenchidas com professores da rede municipal aprovados na seleção. Assim, enquanto os professores da rede estadual ocuparam 49% das vagas, os da rede municipal ocuparam 51%.

A educação brasileira e a formação dos professores em particular, necessitam de uma maior fomentação de recursos para que as condições materiais concretas de funcionamento das instituições de ensino, possam ofertarem principalmente aos estudantes da rede pública seja estadual ou municipal, uma melhor qualidade de ensino/aprendizagem, é fundamental que a escola seja uma só escola para os alunos, onde o acesso à informação e conhecimento seja igual para todos.

## **Considerações Finais**

O presente capítulo teve como objetivo ressaltar a importância das Políticas Públicas em Tecnologia Educacional como instrumento importante no processo de ensino/aprendizagem dos alunos sobretudo da Rede Pública de Educação, integrando a Educação a Distância ao processo de formação continuada e qualificação dos professores para atuarem na Educação a Distância. Neste artigo foram destacados quais são os programas de Educação a Distância (EaD) existentes no Brasil, quais são as ofertas de ensino/aprendizagem, qual é o papel efetivo do Ministério da Educação no fomento destes programas, quais são os parceiros que viabilizam estes programas, quais são as contrapartidas

exigidas para manutenção dos programas e qual é a estrutura do programa. Os principais programas disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC) estão os ofertados pela UAB, Rede e-Tec Brasil, ProFmat, ProInfantil, Mídias na Educação, PNAP e Programa de formação continuada.

## Referências

BELLONI, M. L. **Ensino a Distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

BRASIL. **Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)  
Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa de Inovação de Educação Conectada**. Brasília, DF: MEC. Disponível em:  
[http://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes\\_criterios\\_programa\\_inovacao\\_educacao\\_conectada.pdf](http://educacaoconectada.mec.gov.br/images/pdf/diretrizes_criterios_programa_inovacao_educacao_conectada.pdf). Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017 a. Disponível em:  
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

BRASIL. **Decreto n. 9.319 de 21 de março de 2018**. Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9319.htm).  
Acesso em: 01 maio 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.204, de 23 de novembro de 2017**. Institui o Programa de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9204.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9204.htm) .  
Acesso em: 01 maio 2023.

CONAE, 2010. **Criando o Sistema Nacional Articulado**: Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Documento Referência. MEC, Brasília, 2009.

COSTA, I. **Novas tecnologias e aprendizagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

DOS ANJOS, Alexandre Martins; SILVA, Glaucia Eunice Gonçalves da. **Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC) na Educação**. UNIDADE I. Cuiabá, MT: Secretaria de Tecnologia Educacional Universidade Federal de Mato Grosso, 2018. Disponível em:  
<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/429662/2/Tecnologias%20Digitais%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o%20e%20da%20Comunica%C3%A7%C3%A3o%20%28TDIC%29%20na%20Educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Desistência atinge 7 em cada 10 alunos de formação de professores em exatas**: área tem os piores resultados nas avaliações de larga escala de estudantes e simboliza tamanho do desafio educacional do país. Disponível em:  
<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2023/05/desistencia-atinge-7-em-cada-10-alunos-de-formacao-de-professores-em-exatas.shtml> . Acesso em: 31 maio 2023.

FORMIGA, M.; LITTO, F. M. **Educação a Distância**: o estado da arte. 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 2009.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LITTO, F. M. **Aprendizagem a distância**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2014.

MORAN, J. M. **A educação que desejamos** – Novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papirus, 2012.

NÓVOA, Antonio. **A metamorfose da escola**. Revista Militar. v.72, n. 01, p.33-42, 2020.

O'REILLY, Maria Cristina Raveli de Barros. **Projeto veredas**: a experiência de formação a distância, proposta pelo governo de Minas Gerais como parte das políticas atuais para a formação de professores no Brasil. 2005. Dissertação de Mestrado - ( Instituto de Biociências) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho - Campus de Rio Claro. Rio Claro, SP, 2005. Disponível em:  
[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90160/oreilly\\_mcrb\\_me\\_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/90160/oreilly_mcrb_me_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y) . Acesso em: 30 abr. 2023.

SANTOS, E. **Educação online para além da EAD**: um fenômeno da cibercultura. X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 2010.

SANTOS NETO, Vicente dos, 1969 – **A formação inicial de professores a distância no brasil [recurso eletrônico]**: os contornos e trajetórias do Sistema Universidade Aberta do Brasil na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba no período de 2013 a 2018. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

SAVIANI, Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação, **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.15, n.44, p.380-392, ago. 2010.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas.

WILHELM, Elizane Maria de Siqueira; CARVALHO, Hélio Gomes de; PENTEADO, Rosângela F. Stankowitz. **Educação a distância no Brasil**: programas, financiamentos e incentivos. Curitiba – Paraná – Abril 2012. Disponível em:  
<http://www.abed.org.br/congresso2012/anais/90a.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2023.